

A REPRESENTAÇÃO DEMOCRÁTICA NO PARLAMENTO EUROPEU

Karina L. Pasquariello Mariano
Daniele Gonçalves Assunção

Nos últimos cinquenta anos o comportamento político europeu foi alvo de amplas discussões acadêmicas sobre a sua importância e influência no contexto internacional, especialmente pela especificidade e inovação apresentadas pelo processo de integração impulsionado pelos países da região. Quando em 2009 a União Europeia (UE) foi abalada pela crise da Zona do Euro, esse debate se intensificou questionando-se se haveria um futuro promissor para uma integração assolada pelo endividamento de suas economias mais frágeis e pelos desafios de sua ampliação recente que em uma década praticamente duplicou o número de Estados-membros.

Além dos desafios econômicos, a UE enfrenta a crise política que envolve o descontentamento com o sistema representativo, a apatia política e a intensificação de ideologias políticas e sociais extremistas. Estes problemas são nacionais, mas ganham visibilidade regional transparecendo também no Parlamento Europeu (PE).

O Parlamento Europeu é uma instituição emblemática no processo de integração regional da Europa. Ao longo das últimas décadas ampliou consideravelmente seu papel e poder, transformou-se numa instância de representação legítima da sociedade e num instrumento importante para a superação do déficit democrático. Apesar desses aspectos positivos, o PE está associado também ao desgaste e descrédito do sistema político geral, e ao aumento dos extremismos na Europa que refletem crescente xenofobia na sociedade europeia.

Ao longo deste capítulo discutiu-se como essas mudanças políticas refletem-se no comportamento e composição do Parlamento Europeu, porque essa alteração apresenta implicações na integração como um todo, uma vez que essa instituição possui poder decisório e capacidade de influenciar decisões importantes.

Na primeira parte deste capítulo, abordamos o Parlamento Europeu de maneira geral, fazendo uma breve descrição de sua composição e organização atual¹. Na segunda parte, analisamos mais detalhadamente a sétima legislatura parlamentar, que começou em 2009 e terminou em 2014, destacando o perfil dos parlamentares que compõem a casa atualmente e qual o provável papel do Parlamento em suas carreiras políticas. Tratamos também das questões sociais que foram e são discutidas pelo Parlamento na forma de Comissões durante essa legislatura. Para isto analisamos na terceira parte duas Comissões: a Comissão sobre Emprego e Assuntos Sociais – que é permanente – e a Comissão especial encerrada em julho de 2011 sobre Crise Financeira, Econômica e Social.

1. COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO PE

Ao longo das últimas quatro décadas o Parlamento Europeu passou por uma ampliação de poderes e influência sobre o processo de integração regional na Europa. Ao mesmo tempo, sofreu alterações profundas na sua composição devido ao significativo aumento no número de membros. Em sua origem possuía 78 parlamentares que representavam seis países, atualmente comporta 751 deputados diretamente eleitos e representa a população de 28 Estados que compõem a UE.

Desde a sua primeira eleição direta em 1979 muita coisa mudou, mas algumas normas básicas continuam vigentes: as eleições para seus integrantes obedecem às regras eleitorais dos países membros, determinando mandatos de cinco anos, não podendo haver duplo mandato dos parlamentares (ou seja, nenhum candidato poderia ser membro do parlamento nacional e do parlamento europeu simultaneamente), tornando, de fato, o Parlamento Europeu o principal órgão de representação democrática dos povos europeus. Além disso, dentro do PE os partidos nacionais pelos quais são eleitos os parlamentares não têm peso político, ao invés disso os membros do parlamento se organizam em grupos diferenciados por suas ideologias.

Isto é, a disposição dos parlamentares no PE segue a tradição parlamentar europeia pela qual os deputados se organizam de acordo com suas afinidades

1 Para uma revisão histórica mais detalhada e uma discussão sobre a ampliação do poder do PE ver o capítulo anterior.

políticas e não por nacionalidade. Este tipo de organização representa uma das maiores características do Parlamento Europeu: a formação de grupos ou famílias políticas.

No Regimento Interno do PE² está regulamentada a formação destes grupos políticos que, atualmente, devem ter ao menos 25 integrantes eleitos em pelo menos 25% dos Estados Membros; cada deputado pode pertencer a um grupo político somente; para a regulamentação do grupo este deve ser declarado ao Presidente do Parlamento informando a denominação do grupo, o nome dos deputados que o integram e a composição da mesa.

Estes agrupamentos servem de base para prever as ações de um parlamentar, pois segundo Noury e Roland (2002), sabendo a que grupo um parlamentar pertence pode-se estimar seu comportamento em votações parlamentares em 90% dos casos, enquanto que se utilizarmos como base qual país ele representa, poderemos ter respostas assertivas em apenas 10% das vezes.

Em contrapartida, os partidos nacionais são extremamente importantes em ocasião das eleições parlamentares porque é através deles que os membros do parlamento são eleitos. No momento da eleição o grupo político torna-se irrelevante, mas os candidatos apresentam a preocupação de conciliar as ideologias desses grupos com as de seu partido nacional.

Segundo Hix, Noury e Roland (2008) é de suma importância que o deputado não abandone os interesses de seu partido nacional quando adere a um grupo no interior do PE porque se quiser ser reeleito após seus cinco anos de mandato, necessitará novamente do apoio de seu partido nacional, assim como se quiser deixar o PE e continuar numa carreira política no âmbito doméstico

Os três primeiros grupos políticos formados no interior do Parlamento Europeu foram os Democratas Cristãos, os Socialistas e os Liberais. Durante a Sétima Legislatura o Parlamento foi composto por sete grupos políticos e um grupo que não possui filiação a nenhum agrupamento desses³:

2 Regimento interno do Parlamento Europeu, Capítulo 4, Artigo 30º: Constituição dos Grupos Políticos <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+RULES-EP+20130701+RULE-030+DOC+XML+Vo//PT&language=PT&navigationBar=YES> (Acessado em 23/09/2013)

3 Parlamento Europeu: Organização e Funcionamento: Grupos Políticos <http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/007f2537e0/Grupos-pol%C3%ADticos.html> (acessado dia 23/09/2013)

- Grupo do Partido Popular Europeu ou EPP-ED (European Peoples's Party European Democrats), de centro-direita que congrega o antigo grupo pertencente à Democracia-Cristã e os Conservadores;
- Grupo da aliança progressista dos socialistas e democratas no S&D (antigo PE ou PES (Party of European Socialists), de centro-esquerda;
- Grupo da Aliança dos Liberais e Democratas pela Europa ou ALDE (Alliance of Liberals and Democrats for Europe);
- Grupo dos Verdes / Aliança Livre Europeia ou GREEN/EFA;
- Conservadores e Reformistas Europeus ou ECR ou ARE (Aliança Radical Europeia);
- Confederação da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde ou GUE/NGL, da esquerda radical;
- Europa da Liberdade da Democracia ou EFD ou UPE (União pela Europa);
- S/P – Sem partido.

Os dois maiores e mais antigos grupos políticos são o EPP-ED e o PES. É comum os grupos políticos que compõem o parlamento mudarem durante os mandatos. Ao longo do tempo surgiram alguns grupos se desfizeram, outros surgiram e alguns alteraram suas configurações. Essas famílias listadas anteriormente são as que atualmente compõem o Parlamento, durante a Oitava Legislatura que se iniciou em 2014.

A composição do PE tem sido feita de diferentes formas, porém, os dois grupos principais seguem sempre liderando as listas, como mostra o quadro a seguir:

O quadro demonstra que houve uma mudança de liderança no Parlamento Europeu a partir de 1999. No momento das primeiras eleições diretas havia um certo equilíbrio entre as forças de centro-esquerda e centro-direita, que logo pendeu favoravelmente para o primeiro grupo. No entanto, a última eleição do século XX para o PE mostra uma ascensão dos grupos de direita, com uma acentuada preponderância do partido conservador de centro-direita, o EPP que tem se mantido nesta posição até hoje.

Essa composição do Parlamento Europeu reflete de certa forma um fenômeno que ocorre no continente europeu como um todo. O estudo realizado pela plataforma de pesquisa britânica. Demos (2011) indica que a ascensão dos partidos de extrema direita na Europa e uma grande adesão a estes partidos por parte dos jovens. Esses resultados foram obtidos a partir de um questionário aplicado a mais de 10 mil seguidores de redes sociais de 14 partidos espalha-

dos por 11 países. Outro dado interessante revelado por essa pesquisa aponta que nas décadas de 1920 e 1930 a coesão dos discursos desses partidos radicais de direita se dava a partir da defesa do antissemitismo, hoje vemos a mesma coesão sendo feita em torno do anti-islamismo.

Quadro 1. Composição dos Grupos Políticos parlamentares

Grupos Políticos	1979	1984	1989	1994	1999	2004	2009	2014
PES ou S&D	108	130	180	198	180	200	184	191
EPP-ED	112	110	121	156	233	268	265	220
ALDE	-	-	-	-	-	88	84	68
UPE ou EFD	-	-	-	-	-	-	32	48
GUE/NGL	-	-	28	28	42	41	35	52
GREEN/EFA	-	-	30	23	48	42	55	50
ARE ou ECR	-	-	-	19	-	-	54	70
S/P	10	7	12	27	9	29	27	52
TOTAL	410	434	518	567	626	732	736	751

Fonte: Dados oficiais do Parlamento Europeu www.eurparl.europa.eu⁴ e MARIANO, 2011.

O estudo também aponta que esse movimento político extremista de direita se utiliza da internet para disseminar suas ideias e obter novas adesões com maior facilidade, no entanto, dada a novidade desse fenômeno o próprio relatório da Plataforma Demos admite dificuldades para a assimilação desse novo comportamento, inclusive porque esse tipo de informação não aparece em documentos oficiais de partidos. De qualquer forma, os dados das eleições de 2014 indicam o fortalecimento dos grupos conservadores e de direita dentro do Parlamento Europeu, inclusive com a presença de atores com um discurso anti-europeu.

Normalmente, os partidos de radicais de direita manifestam-se oficialmente como porta-vozes de demandas e insatisfações de sua população, oriundas do sentimento de que a globalização não os favorece, apontando como causa a onda imigratória que invade seus países (especialmente Muçulmana)

4 Parlamento Europeu: Eleições Europeias: Composição do Parlamento <http://www.euro-parl.europa.eu/aboutparliament/pt/004a50d310/Composi%C3%A7%C3%A3o-do-Parlamento.html> ; <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A7-2011-0228+0+DOC+PDF+Vo//PT> (acessado dia 25/09/2013); e DEMOS: <http://www.theguardian.com/world/2011/nov/06/far-right-rise-europe-report> (acessado dia 25/09/2013 e atualizado 16/09/2014).

ameaçando a identidade e segurança nacional. A xenofobia tornou-se uma bandeira central em seus discursos para a superação dos problemas que a Europa atravessa atualmente.

Exemplo desse fenômeno é a Grécia, onde as consequências econômicas da crise do Euro foram mais árduas do que para a maioria dos países da União Europeia. Esse país elegeu em 2012, pela primeira vez em sua história, o partido neonazista Aurora Dourada ao Parlamento Grego⁵. Ainda em 2012, na França, a Frente Nacional, partido conhecido pela ideologia nacionalista, anti-imigracionista e anti-euro, ficou em terceiro lugar nas eleições nacionais com 18% dos votos, enquanto que, nas eleições locais este partido chegou a alcançar 40% dos votos nas regiões onde chegou ao segundo turno⁶.

Essa composição do PE com preponderância de partidos de centro-direita de certo modo influencia o comportamento e posicionamento dessa instituição. Na próxima seção discutiremos quais são os rumos que as políticas sociais e econômicas têm tomado neste continente a partir do PE, levando em consideração a sua composição durante a Sétima Legislatura e as temáticas tratadas pelas Comissões sobre Emprego e Assuntos Sociais e sobre Crise Financeira, Econômica e Social.

2. ELEIÇÕES E A SÉTIMA LEGISLATURA

o PE é composto exclusivamente pelos deputados diretamente eleitos que por sua vez, elegem um presidente do parlamento. Dentro da instituição parlamentar ainda existem subdivisões como as Delegações que se encarregam de representar o PE e dialogar com os parlamentos nacionais de Estados estrangeiros à União. Estas delegações são compostas pelos parlamentares que se candidatam à composição delas através de seus grupos políticos.

Há também as Comissões parlamentares, que se encarregam de preparar o que será debatido nas plenárias do PE. Existem 20 comissões permanentes, especializadas em assuntos específicos de interesse da União e as comissões especiais. Estas comissões especiais são criadas de acordo com o surgimento

5 Greece Elections: Ultra-nationalists Golden Dawn celebrate parliamentary first: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/greece/9250142/Greece-elections-Ultra-nationalists-Golden-Dawn-celebrate-parliamentary-first.html> (acessado em 15/08/2013)

6 Resultados das Eleições Presidenciais (2012) <http://www.lemonde.fr/resultats-election-presidentielle/> (acessado em 27/08/2013)

de problemas específicos que requerem a atenção da União Europeia. A função das Comissões é elaborar, alterar e votar propostas legislativas que, se aprovadas, são levadas às plenárias do Parlamento.

A distribuição de cadeiras no Parlamento Europeu respeita o princípio da proporcionalidade atenuada levando em consideração a dimensão da população de cada país e o tamanho máximo de representantes. Segundo o que foi estabelecido pelo Tratado de Lisboa⁷, nenhum país pode ter mais que 96 deputados ou menos que 6.

Ao longo do tempo o PE sofreu alteração na sua composição à medida que houve um processo de expansão na integração europeia especialmente a partir do início do século XXI quando o número de países-membros mais que duplicou. O Quadro 2 demonstra a evolução da ocupação do Parlamento Europeu através dos anos e da inclusão de novos Estados à União Europeia, apresentando as últimas incorporações cujos novos integrantes participaram das eleições diretas ocorridas em 2014.

Vale lembrar que as duas últimas eleições para o Parlamento Europeu ocorreram num contexto bastante diferenciado marcado tanto pela crise econômica mundial como pela consolidação do papel de co-decisão que o PE atualmente exerce juntamente com o Conselho de Ministros, como apontado no capítulo anterior.

Essa distribuição de cadeiras no PE levando em conta apenas o número de deputados de cada país-membro pouco nos revela sobre a real composição dessa instituição no que se refere aos aspectos ideológicos e ao comportamento desses parlamentares. Como apontamos anteriormente, a esfera nacional é importante apenas por três aspectos:

1. define o número de vagas em disputa por nação;
2. estabelece as regras eleitorais que organizam a disputa nacionalmente, uma vez que não existe uma legislação comunitária para a realização das eleições para o PE;
3. a definição dos candidatos e as campanhas para sua eleição são atribuições dos partidos nacionais.

7 O Tratado de Lisboa foi firmado em Dezembro de 2009 reformulando os tratados da União Europeia e da Comunidade Europeia, definindo novas pautas e concedendo novos papéis às suas instituições (tal como o Parlamento Europeu). Fonte: http://europa.eu/lisbon_treaty/glance/index_pt.htm (Acessado em 20/09/2013)

Quadro 2. Evolução representativa no Parlamento Europeu

Países	1979	1981	1986	1994	1995	2004	2007	2009	2014
Bélgica	24	24	24	25	25	24	24	22	21
Dinamarca	16	16	16	16	16	14	14	13	17
Alemanha	81	81	81	99	99	99	99	99	96
Irlanda	15	15	15	15	15	13	13	12	11
França	81	81	81	87	87	78	78	72	74
Itália	81	81	81	87	87	78	78	72	73
Luxemburgo	6	6	6	6	6	6	6	6	6
Holanda	25	25	25	31	31	27	27	25	26
Reino Unido	81	81	81	87	87	78	78	72	73
Grécia		24	24	25	25	24	24	22	21
Espanha			60	64	64	54	54	50	54
Portugal			24	25	25	24	24	22	21
Suécia					22	19	19	18	20
Áustria					21	18	18	17	18
Finlândia					16	14	14	13	13
República Checa						24	24	22	21
Estônia						6	6	6	6
Chipre						6	6	6	6
Lituânia						13	13	12	11
Letônia						9	9	8	8
Hungria						24	24	22	21
Malta						5	5	5	6
Polónia						54	54	50	51
Eslovênia						7	7	7	8
Eslováquia						14	14	13	13
Bulgária							18	17	17
Romênia							35	33	32
Croacia									11
Total EU	410	434	518	567	626	732	785	736	751

Fonte: Dados oficiais do Parlamento Europeu www.europarl.europa.eu

Esses aspectos facilitaram a realização dos pleitos porque simplificaram os arranjos para a viabilização das eleições, já que não foi necessário chegar a um consenso sobre um regramento comum a todos os países, permitindo que cada um realize o pleito de acordo com as suas próprias regras. Ao mesmo tempo, atendeu aos interesses dos grupos políticos nacionais que puderam manter os partidos nacionais como os espaços de definição dos candidatos, enquanto os

grupos políticos no âmbito do PE permanecem como instrumentos de articulação, mas com pouca possibilidade de tornarem-se partidos comunitários, com atuação transnacional.

Esse vínculo dos deputados europeus com os partidos nacionais lhes garante uma relação mais próxima com a esfera doméstica, mas ao mesmo tempo fragiliza a visibilidade de sua atuação porque nos momentos das eleições as discussões nacionais ou a agenda interna acaba predominando e, em alguns casos, prejudicando o debate em torno da integração europeia.

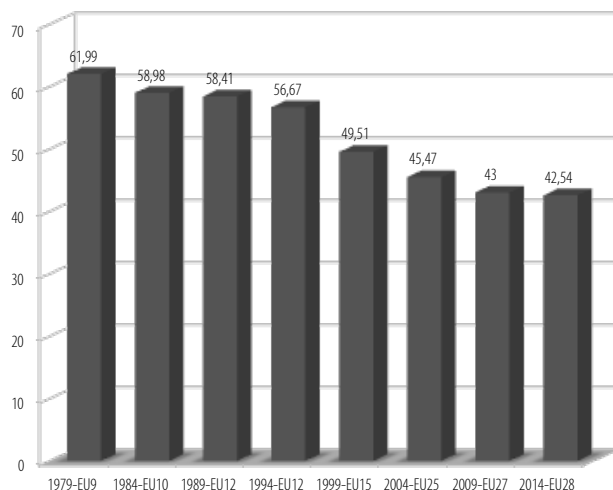
Para autores como Schmitt (2005), as eleições do Parlamento Europeu fazem parte de uma categoria de eleições denominadas de segunda ordem em um claro contraponto aos pleitos de primeira ordem que seriam “mais importantes”, porque são aquelas que decidem quem estará no poder e quais políticas provavelmente serão adotadas.

Essa disparidade entre primeira e segunda ordem de eleições revela a percepção de que haveria um descompasso entre as decisões tomadas e o cotidiano do cidadão. Isto é, os pleitos exclusivamente nacionais – e mais especificamente voltados para a formação do governo – afetariam diretamente o cotidiano do indivíduo sendo altamente relevantes para ele, enquanto as decisões realizadas no âmbito regional se apresentam como distantes de sua realidade, embora possam ter um efeito muito mais intenso para a sua vida e por isso essas eleições de segunda ordem seriam consideradas, especialmente pelos eleitores, menos importantes por terem menos coisas em jogo. Geralmente nesta categoria são inclusas eleições subnacionais e supranacionais, e é nesta categoria que se enquadram as eleições do Parlamento Europeu.

Esse distanciamento explicaria o aumento constante nos índices de ausência nas eleições para o Parlamento Europeu, que em 2009 e 2014 apresentaram índices preocupantes de apenas 43% e 42,54% respectivamente de afluência às urnas da população europeia, sendo que estes números referem-se a todos Estados Membros que compõem então a UE, como mostra o gráfico 1.

Os dados apresentados apontam uma queda constante nos índices de participação que se acentuaram significativamente a partir de 1999, coincidentemente com o momento de ascensão dos grupos de centro-direita e com a intensificação no processo de expansão da Europa. Em 1979, quando ocorreu a primeira eleição direta para o Parlamento Europeu a integração contava com 9 Estados-membros. Em 2009, esse número havia triplicado, implicando num aumento significativo também no volume de eleitores.

Gráfico 1. Porcentagem de afluência às urnas nas eleições parlamentares



Fonte: Dados oficiais do Parlamento Europeu (www.europarl.europa.eu)

Para Schmitt (2005), a reduzida participação dos cidadãos europeus nas eleições do PE não significa falta de legitimidade. Esse autor levanta algumas hipóteses ou possibilidades que explicariam a alta abstenção. A primeira delas é que as eleições para o PE se enquadram na categoria de segunda ordem e nestas é comum que a frequência seja menor do que em eleições de primeira ordem. Isto é causado apenas por uma baixa politização e mobilização eleitoral.

Além disso algumas variáveis nacionais podem igualmente explicar esses índices de abstenção: o contexto político-social nacional no qual foi realizada a eleição; a existência de voto obrigatório, que explicaria uma frequência eleitoral acima da média em alguns países; se as eleições foram realizadas no domingo, o que reduziria a participação; a realização simultânea de eleições de primeira ordem, o que poderia produzir também um alto grau de participação; a realização de eleições em um ambiente pós-comunismo, onde a experiência eleitoral é limitada; e a participação recente em eleições de primeira ordem (Schmitt, 2005).

Outras duas variáveis que explicariam os números apontados pelo gráfico é a taxa de aprovação da adesão dos países membros à União Europeia e o momento do ciclo eleitoral no qual foram realizadas as eleições parlamentares. A aprovação da União Europeia tem estado em crise nos últimos 10 anos tornando o ambiente hostil às eleições parlamentares para o PE. A outra variável – ciclo

eleitoral – indica o peso que a vinculação dessas eleições com a esfera nacional e os partidos políticos. Como os eurodeputados são eleitos nacionalmente se as eleições coincidem com o período inicial do governo nacional, momento em que observa-se uma euforia pós-eleitoral, há uma tendência de aprovar a ação do governo em relação ao bloco e há um estímulo à participação, enquanto a partir mais ou menos da metade do mandato é normal que esta euforia diminua drasticamente e aumente novamente os índices de abstenção.

Quadro 3. Afluência às urnas nas eleições para PE (em %)

Estado membro	1979	1984	1989	1994	1999	2004	2009
Alemanha	65,73	56,76	62,28	60,02	45,19	43	43,3
Áustria	-	-	-	-	49,4	42,43	45,97
Bélgica	91,36	92,09	90,73	90,66	91,05	90,81	90,36
Bulgária	-	-	-	-	-	-	38,99
Chipre	-	-	-	-	-	72,5	59,4
Dinamarca	47,82	52,38	46,17	52,92	50,46	47,89	59,54
Eslováquia	-	-	-	-	-	16,97	19,64
Eslovênia	-	-	-	-	-	28,35	28,33
Espanha	-	-	54,71	59,14	63,05	45,14	44,9
Estônia	-	-	-	-	-	26,83	43,9
EUROPA	61,99	58,98	58,41	56,67	49,51	45,47	43
Finlândia	-	-	-	-	30,14	39,43	40,3
França	60,71	56,72	48,8	52,71	46,76	42,76	40,63
Grécia	-	80,59	80,03	73,18	70,25	63,22	52,61
Hungria	-	-	-	-	-	38,5	36,31
Irlanda	63,61	47,56	68,28	43,98	50,21	58,58	58,64
Itália	85,65	82,47	81,07	73,6	69,76	71,72	65,05
Letônia	-	-	-	-	-	41,34	53,7
Lituânia	-	-	-	-	-	43,38	20,98
Luxemburgo	88,91	88,79	87,39	88,55	87,27	91,35	90,75
Malta	-	-	-	-	-	82,39	78,79
Países Baixos	58,12	50,88	47,48	35,69	30,02	39,26	36,75
Polónia	-	-	-	-	-	20,87	24,53
Portugal	-	-	51,1	35,54	39,93	38,6	36,78
Reino Unido	32,35	32,57	36,37	36,43	24	38,52	34,7
República Checa	-	-	-	-	-	28,3	28,2
Romênia	-	-	-	-	-	-	27,67
Suécia	-	-	-	-	38,84	37,85	45,53

Fonte: [http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/00082fcd21/Results-by-country-\(2009\)](http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/00082fcd21/Results-by-country-(2009))

Em relação especificamente às eleições de 2009 em que esse índice foi em geral alto analisaremos o comportamento de alguns países-membros no tocante às eleições para a sétima legislatura do PE, verificando em quais os índices de abstenção foram maiores e se isso mostrou alguma correlação com a escolha de deputados de centro-direita.

Quadro 4. Distribuição por país nos grupos políticos (2014)

Estado membro	EPP	S&D	ECR	ALDE	GUE/NGL	GREEN/EFA	EFD	NI
Alemanha	34	27	8	4	8	13	0	2
Áustria	5	5	0	1	0	3	0	4
Bélgica	4	4	4	6	0	2	0	1
Bulgária	7	4	2	4	0	0	0	0
Chipre	2	2	0	0	2	0	0	0
Croácia	5	2	1	2	0	1	0	0
Dinamarca	1	3	4	3	1	1	0	0
Eslovênia	5	1	0	1	0	1	0	0
Eslováquia	6	4	2	1	0	0	0	0
Espanha	17	14	0	8	11	4	0	0
Estônia	1	1	0	3	0	1	0	0
Finlândia	3	2	2	4	1	1	0	0
França	20	13	0	7	4	6	1	23
Grécia	5	4	1	0	6	0	0	5
Hungria	12	4	0	0	0	2	0	3
Irlanda	4	1	1	1	4	0	0	0
Itália	17	31	0	0	3	0	17	5
Letônia	4	1	1	0	0	1	1	0
Lituânia	2	2	1	3	0	1	2	0
Luxemburgo	3	1	0	1	0	1	0	0
Malta	3	3	0	0	0	0	0	0
Países Baixos	5	3	2	7	3	2	0	4
Polónia	23	5	19	0	0	0	0	4
Portugal	7	8	0	2	4	0	0	0
Reino Unido	0	20	20	1	1	6	24	1
República Checa	7	4	2	4	3	0	1	0
Romênia	15	16	0	1	0	0	0	0
Suécia	4	6	0	3	1	4	2	0
TOTAL	221	191	70	67	52	50	48	

Fonte: Lista Completa de MEPs <<http://www.resultados-eleicoes2014.eu/pt/seats-group-member-2014.html>> (acessado em 12/09/2014).

Analisando as informações contidas nos Quadro 3 e 4 verificamos que há uma convergência entre o nível de abstenção e a votação para partidos de direita, contudo isso não é suficiente para estabelecer uma correlação entre as duas variáveis. Países como Polônia que tiveram uma votação expressiva em deputados que se alinharam ao EPP, mostram regularidade na alta abstenção nas eleições para o PE. Em contrapartida, na Itália onde o EPP obteve quase 50% das cadeiras desse país, o índice de abstenção foi baixo.

Para facilitar a compreensão destas informações, distribuímos a totalidade dos deputados em grupos referentes às posições político-ideológicas presentes nos estatutos de cada partido, num total de quatro categorias: centro-direita/direita/extrema-direita; centro; centro-esquerda/esquerda/extrema esquerda; e independentes.

Além dessa distribuição ideológica é interessante apontar que nem todos os parlamentares possuem a mesma experiência legislativa e conhecimento sobre o funcionamento do Parlamento Europeu, inclusive porque a grande maioria dos integrantes da Sétima Legislatura estão em seu primeiro mandato, como demonstra o próximo quadro. Isso não significa que não possuam experiência política prévia, pois a grande maioria deles já exerceu funções legislativas e até mesmo executivas (muitos são ex-ministros de Estados) como analisamos mais adiante.

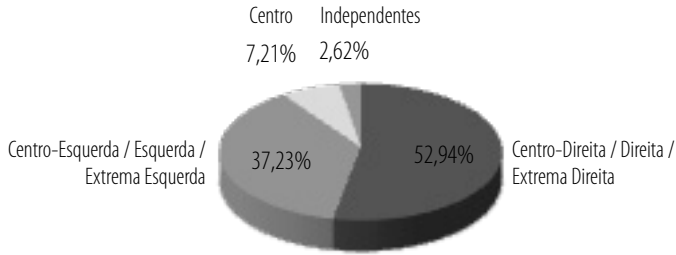
Quadro 5. Posição política dos partidos nacionais que elegeram os membros do PE na legislatura de 2009-2014

Posição Partidária	Número de MEPs	Porcentagem
Centro-Direita/Direita/Extrema Direita	404	52,94%
Centro-Esquerda/Esquerda/Extrema Esquerda	284	37,23%
Centro	55	7,21%
Independentes	20	2,62%
TOTAL	763	100,00%

Fonte: Lista Completa de MEPs <<http://www.europarl.europa.eu/meps/pt/full-list.html?filter=all&leg=>> acessado em 12 de Novembro de 2013.

Ainda assim, o fato de estarem em sua primeira legislatura indica que estes deputados não estão plenamente familiarizados com as rotinas e procedimentos específicos do PE. Esse conhecimento é importante porque permite que o deputado desenvolva plenamente o seu trabalho e explore ao máximo as possibilidades existentes, o que exige um certo domínio das regras e procedimentos.

Gráfico 2. Porcentagem de MEPs divididos pela posição política de seus partidos nacionais



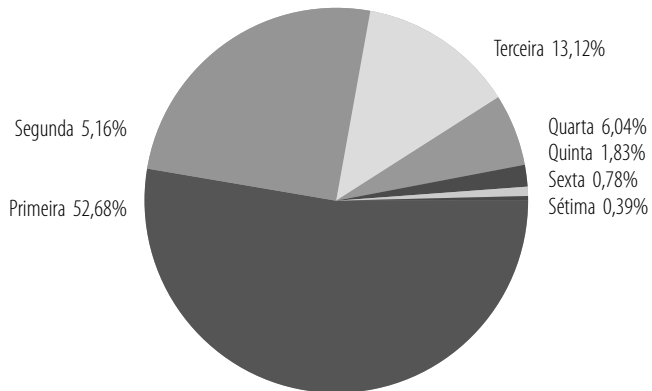
Fonte: Lista Completa de MEPs <<http://www.europarl.europa.eu/meps/pt/full-list.html?filter=all&leg=>> acessado em 12 de Novembro de 2013.

Quadro 6. Distribuição dos parlamentares por legislatura no PE

Legislatura	Número de MEPs	Porcentagem
Primeira	402	52,68%
Segunda	192	25,16%
Terceira	100	13,12%
Quarta	46	6,04%
Quinta	14	1,83%
Sexta	6	0,78%
Sétima	3	0,39%
TOTAL	763	100%

Fonte: Lista Completa de MEPs <[http://www.europarl.europa.eu/meps/pt/full-list.html?filter=all&leg="](http://www.europarl.europa.eu/meps/pt/full-list.html?filter=all&leg=)> acessado em 12 de Novembro de 2013.

Gráfico 3. Porcentagem de parlamentares e suas respectivas candidaturas



Fonte: Lista Completa de MEPs <[http://www.europarl.europa.eu/meps/pt/full-list.html?filter=all&leg="](http://www.europarl.europa.eu/meps/pt/full-list.html?filter=all&leg=)> acessado em 12 de Novembro de 2013.

Esses dados chamam a atenção porque percebe-se que na Sétima Legislatura a maioria dos parlamentares não possuía experiência anterior no Parlamento Europeu no momento da eleição. Entre os deputados eleitos para o PE na Quinta e Sexta Legislaturas (1999-2004 e 2004-2009, respectivamente), uma parcela significativa deles era composta por ex-lideranças nacionais, políticos que ocuparam cargos executivos “estaduais ou municipais”, ex-ministros e ex-membros da Comissão Europeia.

Na 5ª legislatura, 28% dos deputados eleitos para o Parlamento Europeu tinham experiência parlamentar nacional anterior, sendo que 10,2 % destes haviam desempenhado funções de liderança em seus partidos políticos e seis haviam sido ex-chefes de Estado ou Primeiros-ministros em seus países.

Na legislatura seguinte, essa situação não se alterou significativamente, podemos até considerar que se acentuou ainda mais porque 36,6 % dos deputados eleitos tinham experiência parlamentar nacional anterior, sendo que 16% destes ocuparam cargos de liderança em seus partidos nacionais e onze eram ex-chefes de Estado ou primeiros-ministros (Ringe, 2010).

No caso da Sétima Legislatura verificamos que 402 deputados estão na sua primeira legislatura. Destes 109 não possuem histórico político anterior, o que indica que estariam entrando na carreira política a partir do Parlamento Europeu. Outra suposição que pode ser feita é que esses parlamentares pertenceriam em sua maioria a países que se tornaram membros da União Europeia recentemente, o que poderia explicar a existência de novos políticos para cargos anteriormente inexistentes. No entanto, ao analisarmos a nacionalidade desses 109 deputados encontramos que 87 deles são de Estados que participam das eleições para o PE pelo menos desde 1999.

Esses dados reforçam a tese defendida por muitos autores de que o Parlamento Europeu é um espaço político ocupado principalmente por: políticos ingressantes na carreira (como no caso assinalado dos 109 acima citados); lideranças locais que buscam uma projeção nacional e políticos com carreiras consolidadas que buscam no âmbito regional uma nova projeção.

No primeiro caso, além dos deputados sem experiência política anterior, encontramos também um número significativo de políticos que não exerceram função legislativa prévia mas ocuparam cargos importantes no âmbito nacional como o de ministros e secretários de Estado (25 num total de 41 políticos que se encontram nessa categoria) de ex-assessores ou assistentes parlamentares (ao todo 21, sendo que dois deles foram assessores no próprio PE),

7 ativistas de movimentos sociais (entre eles José Bové que foi candidato à presidência da França em 2007), 3 consultores políticos (um deles da Comissão Europeia), um jornalista e uma ex-primeira dama, entre outras funções exercidas previamente.

Quadro 7. Distribuição dos novos MEPs por Grupo Político

Estado membro	EPP	S&D	ALDE	GREEN/EFA	ECR	EFD	GUE/NGL	NI
Reino Unido	-	2	4	1	9	4	1	4
Alemanha	10	10	6	7	-	-	7	-
Itália	19	19	4	1	1	6	1	1
Portugal	8	3	-	1	-	-	4	-
Espanha	11	10	2	1	-	-	-	1
Suécia	2	3	2	3	-	-	1	-
França	17	7	3	12	-	-	4	-
Grécia	4	6	1	1	-	2	1	-
Romênia	6	6	1	-	-	-	-	2
Países Baixos	1	1	3	3	1	-	1	5
Luxemburgo	2	-	-	-	-	-	-	-
Malta	1	3	-	-	-	-	-	-
Lituânia	2	2	2	-	1	2	-	-
Croácia	5	5	-	-	1	-	1	-
Hungria	5	1	-	-	1	-	-	3
Áustria	2	3	1	1	-	-	-	3
Dinamarca	1	-	2	1	1	1	-	-
Bulgária	5	2	1	-	-	-	-	-
Polónia	19	3	-	-	5	4	-	-
República Checa	-	5	-	-	3	-	-	-
Irlanda	1	2	-	-	-	-	1	1
Finlândia	2	2	2	1	-	1	-	-
Bélgica	1	1	3	3	1	-	-	-
Eslovênia	2	2	1	-	-	-	-	-
Letônia	3	1	1	-	-	-	1	-
Chipre	2	2	-	-	-	-	1	-
Estônia	-	1	2	1	-	-	-	-
República Eslovaca	2	3	-	-	-	1	-	-
Total	133	105	41	37	24	21	24	20
Porcentagem	33%	25,86%	10%	9,11%	5,90%	5,17%	5,90%	4,92%

Fonte: Lista Completa de MEPs <<http://www.europarl.europa.eu/meps/pt/full-list.html?filter=all&leg=>> acessado em 12 de Novembro de 2013.

No total de novos deputados europeus o maior grupo é realmente o de lideranças locais: 121 dos novos deputados foram prefeitos, vereadores ou representantes estaduais, ainda que 9 deles já tenham exercido também a função de ministro de Estado, mas nenhum deles passou pela experiência de pertencer ao seu parlamento nacional, o que indicaria que ainda seriam lideranças locais com alguma projeção nacional.

O terceiro grupo é constituído especialmente por 97 ex-membros de parlamentos nacionais – dos quais 22 já exerceram o cargo de Ministro, Vice-Ministro ou Secretário de Estado – e diplomatas, chanceleres e representantes em órgãos da União Europeia como o Comitê das Regiões e a Comissão Europeia (6 deles).

Outro aspecto interessante desses deputados que estão na sua primeira legislatura no Parlamento Europeu é que a maioria deles pertence ao grupo político EPP. A partir dos dados apresentados na tabela a seguir vemos que o bloco ideológico de centro-direita/direita/extrema direita possui mais de 50% desses 402 deputados que estão em seu primeiro mandato no PE. Só no caso dos representantes do EPP (que é um grupo conservador de centro-direita), a metade dessa bancada é formada por esses novos integrantes.

A seguir discutiremos como essa composição da Sétima Legislatura e a respectiva distribuição ideológica de seus membros influenciou de alguma maneira na agenda e debates do Parlamento Europeu nesse período. Analisaremos essa questão a partir dos trabalhos de duas comissões: uma permanente e a outra especial, que tratou especificamente das questões envolvendo a atual crise econômica da Europa.

3. UM PARLAMENTO CONSERVADOR?

A análise da Comissão de Emprego e Assuntos Sociais e da Comissão Especial para a Crise Financeira, Econômica e Social realizou-se a partir dos documentos oficiais produzidos por estas instâncias. O objetivo foi verificar em que medida o posicionamento ideológico dos parlamentares – que na sétima legislatura é predominantemente de centro-direita – influenciou nos resultados dos seus trabalhos. Tomamos como parâmetros dois relatórios elaborados pela Comissão de Emprego – e posteriormente aprovados – cujas temáticas nos interessavam e o relatório final da comissão especial.

A escolha dessas Comissões como objeto de nossa análise se justifica pelo fato de que na pesquisa do Eurobarômetro durante o segundo semestre de

2013, 51% da população consultada se referiu ao “combate à pobreza e exclusão social” como prioridade na agenda do Parlamento. E em uma pergunta mais específica, 74% dos cidadãos consultados se referiram ao “emprego e combate ao desemprego” como uma questão de urgência.

A Comissão de Emprego e Assuntos Sociais têm por competência intervir no que tange às políticas de segurança e proteção social e condições de trabalho; medidas para garantir a saúde e a segurança no trabalho; livre circulação de trabalhadores e pensionistas; todas as formas de discriminação no local e no mercado de trabalho – exceto discriminação por gênero pois este aspecto é trabalhado pela Comissão de Direitos da Mulher e Igualdade de Gênero; e políticas de formação profissional e qualificação.

Desta Comissão selecionamos dois documentos: “Relatório sobre o Pacto de Investimento Social como uma resposta à crise” e o “Relatório sobre a integração de migrantes, o impacto sobre o mercado de trabalho e a dimensão externa da UE em matéria de coordenação da segurança social”.

Em 2010, a Comissão Europeia elaborou um plano estratégico para auxiliar o bloco a sair da crise e incentivar o desenvolvimento econômico através da revisão de seus modelos de crescimento. Os objetivos deste plano estratégico, chamado de Estratégia Europa 2020, eram: aumentar para 75% a taxa de emprego na faixa etária dos 20 aos 64 anos; aumentar para 3% do PIB (Produto Interno Bruto) o investimento da UE na P&D (pesquisa e desenvolvimento); reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% (ou em 30%, se forem reunidas as condições necessárias) relativamente aos níveis registados em 1990, obter 20% da energia a partir de fontes renováveis e aumentar em 20% a eficiência energética; reduzir a taxa do abandono escolar precoce para menos de 10% e aumentar para, pelo menos, 40% a percentagem da população na faixa etária dos 30-34 anos que possui um diploma do ensino superior; e reduzir, pelo menos, em 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social.

Para que estes objetivos fossem alcançados foram criadas algumas medidas que fracassaram, tal como a Estratégia de Lisboa juntamente com a Estratégia Europeia para o Emprego. Diante disto a Comissão de Empregos e Assuntos Sociais criou uma nova proposta denominada Pacto de Investimento Social que teve a finalidade de articular, em torno da Comissão Europeia, esforços de todos os Estados-membros a fim de que os investimentos sociais fossem levados a cabo.

Segundo esse documento, os investimentos sociais de maior importância para se alcançar um crescimento sustentável na Europa seriam aqueles que fossem voltados à preparar os cidadãos, famílias e a sociedade às modificações econômicas impostas pela crise e às exigências do mercado de trabalho, além de medidas que assegurassem a sustentabilidade das finanças públicas. As nações europeias deveriam investir em medidas sociais e que estas fossem vistas não como despesas e sim como investimentos no futuro destas sociedades.

Em 2012 a taxa de desemprego na União Europeia atingiu 10% de sua população economicamente ativa e a taxa de pobreza entre jovens de 16-24 anos de idade chegou a 21,6%. Outro problema enfrentado por esta sociedade é a dificuldade destes jovens de transitarem da vida escolar para a vida profissional, especialmente com os níveis de evasão escolar atingindo atualmente os 14,1%. Estes números, vinculados com o envelhecimento da população acabam por gerar uma pressão sobre os regimes de assistência social que contribui para que sejam aplicados cortes nos investimentos sociais.

Diante deste quadro, foi proposta no documento a realização de investimentos direcionados à integração dos desempregados no mercado de trabalho; criação de empregos de qualidade e incentivo aos empreendedores individuais que contribuam para a geração de emprego; maior investimento no ensino de qualidade e na formação profissional para que os jovens estejam qualificados de acordo com as demandas do mercado; equilíbrio entre a flexibilidade e segurança dos contratos de trabalho e da conciliação da vida familiar e profissional; a reforma dos sistemas de pensão para que os cidadãos possam trabalhar por mais tempo; e o combate à pobreza e à exclusão social.

Este documento também prevê uma mudança no papel do Estado propondo que os países membros da União Europeia repensem suas políticas públicas, passando do que chamam de um “Estado-Providência ativo” para um “Estado-Providência mobilizador”, ou seja, passar a investir em seus cidadãos dando a eles instrumentos e incentivos ao invés de apenas responder aos problemas causados pelo fracasso do mercado.

A nova concepção presente neste documento indica claramente uma superação do tradicional Estado de Bem-Estar que foca sua atuação na concessão de benefícios ao cidadão com o intuito de compensar sua carência ou de ampliar seus benefícios. Neste caso, a lógica é ajustar as políticas às novas demandas do mercado, flexibilizando as regras de tal forma a permitir que essas carências sejam supridas pelo próprio mercado, como no caso da

reforma dos sistemas de pensão para que os cidadãos possam trabalhar por mais tempo.

Para que este Pacto de Investimento Social seja posto em prática o documento propôs que fossem criados pela Comissão Europeia, mecanismos para supervisionar a aplicação dos recursos pelos Estados-membros em investimentos sociais, além de promover a responsabilidade social das empresas através de incentivos, uma vez que as medidas propostas pelo Pacto envolvem de forma direta uma contribuição do mercado para ampliar a inclusão de trabalhadores.

Ao mesmo tempo, o Relatório votado e aprovado pelo Parlamento Europeu em janeiro de 2013 implica num comprometimento efetivo dos países-membros da UE. O PE solicitou ao Conselho Europeu que assegurasse que os quadros orçamentários dos Estados também previssem recursos voltados às políticas sociais e que disponibilizassem verbas para o apoio aos investimentos sociais, apesar dos problemas econômicos que esses países enfrentam atualmente.

O início dos trabalhos do Relatório sobre a integração de migrantes, o impacto sobre o mercado do trabalho e a dimensão externa da UE em matéria de coordenação da segurança social se deu em 2011, tendo por objetivo a proposta de uma maior aceitação, em termos legais, dos imigrantes na UE que são oriundos tanto de outros países da União quanto de países terceiros. O objetivo principal foi criar mecanismos que garantissem uma integração eficaz da migração laboral.

A produção deste documento teve contribuição de outras 3 comissões parlamentares e foi baseada na importância da integração dos imigrantes na sociedade. Dados apresentados no documento comprovam que 9,7% da população europeia (aproximadamente 48,9 milhões) é de origem estrangeira. Deste total, 3,3% são de outros estados membros e 6,4% de países terceiros.

Esse volume significativo de imigrantes enfrenta um problema crescente no continente europeu: a xenofobia. São constantes dos relatos de agressão e discriminação dessa população que, em geral, encontra-se nos estratos mais carentes da sociedade, e que muitas vezes possui cultura diversa da europeia, como os muçulmanos, africanos e asiáticos.

O problema da imigração esbarra no fato de que a população europeia encontra-se em constante redução e envelhecimento, fato anteriormente citado no relatório do Pacto de Investimento Social. Sem a presença dos imigrantes,

isso representaria uma perda de 14 milhões de pessoas nos próximos 10 anos no continente europeu. Esta perda se reflete negativamente nos sistemas de pensão e gera perda de mão de obra.

Isto indica que esses imigrantes não ocupam apenas os tradicionais postos de trabalho de baixa remuneração, mas também aqueles que exigem qualificações específicas e que nem sempre são atendidos pela população local, inclusive porque o desemprego atual tende a se agravar devido à evasão escolar e conseqüentemente a não qualificação dos jovens.

Uma pesquisa do Eurobarômetro, citada no documento, aponta que 70% dos cidadãos europeus têm consciência do importante papel desempenhado pelos imigrantes na economia europeia e os consideram necessários para o crescimento da mesma. Porém dentro da UE, em todos níveis – local, nacional ou regional – a discriminação e exploração dessa classe ainda é verificada. Este documento teve por objetivo propor medidas que regulamentassem a entrada e permanência dos imigrantes dentro da UE de forma justa e inclusiva.

O relatório apontou que a taxa de emprego de imigrantes, nacionais de países terceiros, é 10% menor que a de cidadãos europeus. Ressaltou também que esta parcela da população geralmente executa trabalhos abaixo do seu nível de qualificação. Isto ocorre devido aos entraves que são colocados neste continente para a validação de diplomas concluídos nos países estrangeiros, o que acaba gerando um desperdício de competências. Foi proposto que houvesse um alargamento destas diretrizes de validação posto que, a tendência do mercado de trabalho é aumentar a demanda por mão de obra qualificada e a população imigrante apresenta níveis médios de instrução inferior ao de cidadãos europeus o que os forçam a procurar trabalhos de baixa qualificação.

Também foi apresentado o dado de que 50% dos imigrantes são do sexo feminino – oriundas, muitas das vezes, de países onde a perseguição de gênero é muito difundida e conseqüentemente grande parte deste número é ou foi vítima de violência. Portanto é necessário que haja um estatuto especial que assegure a inclusão destas mulheres no mercado de trabalho e que garanta também que não haja qualquer forma de discriminação deste grupo.

A fim de garantir que esta integração fosse efetiva a Comissão propôs que fossem inclusos no processo democrático os imigrantes residentes, em especial a nível local dos Estados-membros. Desta forma previa que houvesse representação na política local desta parcela que, de alguma forma, contribui para o desenvolvimento econômico e participa da vida social dos países.

A participação democrática e o reconhecimento da cidadania desses imigrantes são elementos importantes porque de certo modo lhes garante uma inclusão no processo decisório, dando-lhes voz e capacidade de pressionar os poderes locais e nacionais por novas políticas voltadas para a sua integração plena à sociedade. O relatório aponta que seria importante que esses imigrantes também sejam integrados ao sistema de segurança social, mas não prevê mecanismos e nem recursos para tal. Dado o atual contexto de crise, as possibilidades de ampliação da previdência para os imigrantes parecem uma realidade distante. Este relatório foi votado e aprovado pelo PE em julho de 2012.

Esse contexto controverso foi tema justamente da Comissão Especial para a Crise Financeira, Econômica e Social que encerrou suas atividades em 31 de julho de 2011. Desde seu início em 2009, o intuito desta Comissão era analisar e avaliar a dimensão da crise financeira, econômica e social e seu impacto na União e em seus Estados-membros. Também procurava propor medidas adequadas para reconstruir, a longo prazo, mercados financeiros de maneira sólida e estável, que permitissem apoiar um crescimento sustentável, a coesão social e o emprego.

Um dos objetivos dessa Comissão foi analisar e avaliar a aplicação das medidas nos domínios abrangidos, bem como a coordenação das ações levadas a cabo pelos Estados-membros para apoiar um crescimento sustentável e qualitativo e o investimento a longo prazo, a fim de lutar contra o desemprego e responder aos desafios demográfico e climático. Para isto deveria estabelecer os contatos necessários e organizar encontros entre as instituições da UE e os fóruns nacionais, europeus e internacionais, bem como os parlamentos e governos nacionais dos Estados-membros e dos países terceiros e parceiros sociais.

A Comissão elaborou diversos estudos no sentido de entender e conhecer as origens da crise financeira e criar medidas que incentivassem a superação desta através de esforços mútuos dos Estados-membros e de órgãos internacionais. Em seu relatório final são apresentadas as considerações sobre os custos sociais da crise, especialmente em relação aos níveis de desemprego que então afetavam 23 milhões da população ativa europeia, sendo que deste total 21% são jovens.

O relatório aponta que as revoltas populares na margem sul do Mediterrâneo e no Oriente Médio são consequência, entre outras coisas, das deficiências econômicas e sociais, das desigualdades, do elevado desemprego que afeta esta população mais jovem e instruída; e indica sua preocupação em reverter a

atual descrença na UE desencadeada pela crise através da sugestão de um papel mais ativo da União na resolução dos problemas sociais e econômicos gerados pela crise.

Em primeiro lugar o documento trouxe as questões referentes à dívida pública e à crise do Euro. A dívida de alguns países, como Grécia, Portugal e Irlanda, que tiveram que recorrer às agências de crédito, desgastou ainda mais os demais países da Zona do Euro intensificando os problemas gerados pela crise. A Comissão sugeriu, portanto, que fosse realizada uma averiguação do histórico da dívida para que fossem conhecidos os titulares da mesma.

O documento sugeriu ainda que a UE agisse como um todo para reafirmar sua soberania e desenvolver políticas orçamentárias mais estreitas a fim de poder financiar com recursos parcialmente próprios uma gestão adequada da crise. Também aponta a necessidade de racionalizar as despesas dos Estados-membros através do orçamento da UE; e que as taxas de juros associadas à dívida soberana destes países deveriam respeitar as perspectivas de crescimento dos mesmos. Perspectivas estas que deveriam estar pautadas em reformas estruturais que visassem atender os objetivos estabelecidos na Estratégia Europa 2020.

Julgou-se necessário também que a Comissão Europeia estudasse um sistema de euro-obrigações que pudesse representar a atuação do bloco de maneira unitária e o auxílio mútuo entre os Estados-membros no momento de crise. Este sistema deveria ser elaborado de forma a beneficiar os Estados-membros e a Zona do Euro como um todo. As euro-obrigações seriam uma espécie de socialização da dívida soberana dos Estados europeus e teria por objetivo reduzir esta dívida, evitar perda de qualidade de crédito e impedir a especulação do euro.

De certo modo, essa proposta reflete a posição e comportamento adotado pelos países em relação à crise deflagrada pela Grécia que se por um lado representou um reforço no processo de integração, com compromissos de aprofundar ainda mais as relações entre os países da Zona do Euro, também representou a aceitação de um receituário mais conservador, pautado no corte de gastos públicos e no enxugamento da máquina administrativa desses Estados, o que em alguns países intensificou os problemas sociais gerados pela crise econômica.

No que tange aos desequilíbrios e à governança global, a Comissão apresentou uma preocupação sobre as questões de segurança alimentar e de esta-

bilidade dos preços dos alimentos e solicitou à UE que trabalhasse no sentido de diminuir a dependência de matérias-primas de terceiros países e que aumentasse a produção e utilização dos materiais renováveis. No documento foi observado que a União Europeia deve trabalhar no sentido de recuperar seu posto na competitividade do mercado mundial, tendo o acesso a recursos e matérias-primas como crucial para restabelecer essa competitividade. A União devia, segundo a Comissão, investir esforços em pesquisas de novas tecnologias amigas do ambiente e de eficiência energética, além da utilização e desenvolvimento de energias renováveis.

A Estratégia Europa 2020, segundo a comissão, seria o caminho certo a ser trilhado no sentido de restabelecer a soberania da UE. Porém, era de suma importância que fossem elaboradas políticas que fomentassem o apoio mútuo entre os países a fim de que os objetivos dessa Estratégia fossem alcançados. O documento aponta que a União Europeia enfrenta momento delicado, podendo tornar-se vulnerável e desintegrar-se se não houver um aprofundamento de sua integração, dependendo do total esforço de seus Estados-membros, o que não ocorreu graças aos renovados compromissos assumidos com a integração.

Este relatório retoma os objetivos da Estratégia Europa 2020 como centrais para a superação da crise financeira, econômica e social. Foi sugerido novamente a criação de novos postos de trabalho através do investimento em pequenas e médias empresas e no investimento em inovação, pesquisa e desenvolvimento. O investimento em educação, parcerias de estágios com o setor privado, criação de bolsas europeias em função da qualificação profissional também são sugeridos no documento.

Por fim a Comissão retoma a importância de que a integração europeia seja aprofundada como forma de garantir a estabilidade da Zona do Euro. Também que suas instituições sejam mais fortes e detenham maior responsabilidade no que tange à representação dos interesses dos cidadãos europeus. Este relatório foi elaborado com o auxílio de outras Comissões e também de parlamentos nacionais e foi aprovado pelo Parlamento Europeu em maio de 2011, quando foi encaminhado para o Conselho Europeu.

Esses documentos são um claro reflexo da atual composição do Parlamento Europeu. O tratamento dado aos problemas sociais e econômicos apresentam um viés mais conservador, indicando como estratégias medidas que buscam amenizar o papel do Estado como promotor das políticas sociais, exaltando sua função de gerenciador e controle das ações muitas vezes imple-

mentadas pelo próprio mercado ou instâncias públicas privadas. A preocupação com os gastos públicos prepondera sobre a disposição de investimentos e dotação orçamentária para a promoção dessas políticas sociais voltadas para a superação do desemprego e dos problemas sociais gerados pela crise.

Da mesma forma, o tratamento dispensado ao problema dos imigrantes demonstra uma posição conservadora e liberal: reconhece-se a necessidade desses trabalhadores para o futuro da economia europeia e as tensões geradas pela sua presença; como saída estabelece-se a disposição de garantir acesso ao sistema político por meio da participação e supõe-se que isso seja suficiente para gerar mudanças nas condições sociais experimentadas pelas populações imigrantes. Trabalha-se com a perspectiva de que basta garantir a igualdade perante a lei, para garantir condições e acesso igualitário aos benefícios. A realidade já demonstrou que isso não é suficiente, portanto, o problema da integração social dos imigrantes e da xenofobia tende a se agravar.

Essa tendência de um comportamento conservador por parte do Parlamento Europeu tende a se manter na Oitava Legislatura que se iniciou em 2014, uma vez que manteve o perfil de maioria mais de centro-direita, ainda que o Grupo do Partido Popular Europeu tenha apresentado uma redução em sua representação: de 274 deputados em 2009, para 221 após as eleições de 2014. Chamamos a atenção para o significativo aumento daqueles deputados que não participam de nenhum grupo político que aumentou de 33 para 52 deputados, representando hoje quase 7% do total do PE e a respeito dos quais ainda não é possível determinar as tendências a respeito de seu posicionamento e comportamento, embora certamente serão uma força importante nas decisões e orientações a serem seguidas pela Oitava Legislatura.

REFERÊNCIAS

BARTLETT, Jamie; BIRDWELL, Jonathan. Rise of the Radical Right. *Foreign Policy* <http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/07/25/rise_of_the_radical_right> (acessado em 14/08/2013)

DEMOS: <http://www.theguardian.com/world/2011/nov/06/far-right-rise-europe-report>

EUROBAROMETER. *One Year to Go to the 2014 European Elections – Parliament Part*. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/pdf/eurobarometre/2013/election3/SyntheseEB795ParlemetreEN.pdf>> (acessado em 27/12/2013)

HIX, S. Towards a partisan theory of EU politics. *Journal of European Public Policy*, Vol 15. N. 8 2008. (1254-1265)

_____; NOURY, Abdul; ROLAND, Gérard. *Democratic Politics in the European Parliament*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

_____. Voting Patterns and Alliance Formation in the European Parliament. *Philosophical Transactions of the Royal Society*, Vol 364; N. 1518, p. 821-831. Londres: Mar 2009. ()

NOURY, A.; ROLAND, G. More Power to the European Parliament?. *Economic Policy*, Vol. 17; N. 35. Outubro 2002. (p. 279-319)

MARIANO, Karina L. P. *O Parlamento do Mercosul: mudança ou continuidade?* (Relatório Final), CNPq, 2011.

McELROY, Gail; BENOIT, Kenneth. Policy Positioning in the European Parliament. *European Union Politics*, Vol. 13; N. 1., p. 150-167, Outubro 2011.

PARLAMENTO EUROPEU. *Regimento interno do Parlamento Europeu*, Capítulo 4, Artigo 30º: Constituição dos Grupos Políticos <<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+RULES-EP+20130701+RULE-030+DOC+XML+Vo//PT&language=PT&navigationBar=YES>> (Acessado em 23/09/2013)

_____. *Relatório sobre a integração de migrantes, o impacto sobre o mercado do trabalho e a dimensão externa da UE em matéria de coordenação da segurança social* <<<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A7-2013-0040+0+DOC+PDF+Vo//PT>>> (acessado em 04/01/2014)

_____. *Relatório sobre o Pacto de Investimento Social* <<<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A7-2012-0263+0+DOC+PDF+Vo//PT>>> (acessado em 04/01/2014)

_____. *Relatório sobre a crise financeira, econômica e social: recomendações referentes às medidas e iniciativas a tomar* <<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A7-2011-0228+0+DOC+PDF+Vo//PT>> (acessado em 12/01/2014)

SCHMITT, Hermann. As eleições de Junho de 2004 para o Parlamento Europeu: ainda eleições de segunda ordem? *Análise Social*, vol. XL (177), p. 765-794, 2005..